

Mini curso de extensão do Instituto de Relações Internacionais

Geopolítica ambiental na Bacia do Rio da Prata, no Atlântico Sul e na Antártida

Professor responsável: Dr. Mariano D. Ferro

1. Fundamentação

Tradicionalmente, a geopolítica tem se centrado no estudo da projeção do poder sobre o território, o que leva a uma determinada forma de relação entre os Estados em relação às questões espaciais. No século XXI, essas tensões convivem com outras de caráter global, como os ciberataques, as migrações massivas, a especulação do capitalismo financeiro e a expansão das pandemias, sendo as mudanças climáticas e a degradação dos ecossistemas uma das mais relevantes (De Ayala, 2016).

A análise geográfica, e em particular a geopolítica, permite identificar as agendas dos atores, interesses e valores relacionados aos territórios, os quais não são fixos, mas específicos de um determinado momento. Essas agendas podem entrar em conflito à medida que se perseguem ações e decisões espaciais.

É precisamente nesse cenário que emerge a geopolítica ambiental como um campo que incorpora as dimensões ecológicas às disputas de poder. Essa disciplina surge a partir da análise das novas tensões globais das últimas décadas e chama a atenção para os conhecimentos e agendas geopolíticas que envolvem características ambientais ao formular explicações sobre porque determinados lugares, práticas ou ações são importantes. Aqui, “meio ambiente” pode significar muitas coisas diferentes: pode referir-se ao sistema climático planetário, às florestas tropicais, ao impacto da construção de grandes barragens, às reservas de petróleo, aos microrganismos, às colheitas agrícolas ou a qualquer outro tipo de processo ou fenômeno. Tanto o conhecimento geográfico quanto o ambiental entram em jogo quando as características ambientais se entrelaçam com questões geopolíticas: mudança climática e migração humana; conflitos armados relacionados a recursos ambientais; manejo de espécies ameaçadas, escassez de água e incêndios florestais; degradação ambiental e distribuição de alimentos; impactos ambientais da geração e do consumo de energia, entre outros (O’Lear, 2020).

Tradicionalmente, havia uma tendência a pensar o meio ambiente como algo natural e separado dos seres humanos. No entanto, na era do Antropoceno, não é mais possível conceber esses conceitos como separados. O uso do conceito de Antropoceno foi proposto pelo prêmio Nobel de Química Paul Crutzen e

pelo biólogo Eugene Stoermer para dar conta dos impactos das atividades humanas nos sistemas geológicos e ecológicos da Terra (Crutzen e Stoermer, 2000).

Essa reconfiguração insere-se no marco do Antropoceno, conceito que expressa o impacto das atividades humanas sobre os sistemas geológicos e ecológicos do planeta. Nesse contexto, já não é possível conceber a natureza como uma esfera separada da sociedade, mas como uma dimensão constitutiva das dinâmicas políticas, econômicas e territoriais.

A partir dessa perspectiva, uma das formas concretas de expressão da geopolítica ambiental é por meio dos usos da conservação, o que implica conceitualizar o ambiente natural como uma dimensão do ato de governar. Em particular, a criação de áreas marinhas protegidas (AMP), enquadradas em instrumentos internacionais como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), introduz novas dinâmicas de poder, financiamento e condicionalidades que afetam os Estados de maneira diferenciada.

No caso do Atlântico Sul, essa situação assume uma complexidade específica por se tratar da maior área em disputa do mundo, além da presença de atores não estatais, como ONGs com sedes no Hemisfério Norte, que interagem com Estados que possuem interesses divergentes em um mesmo cenário.

Nesse contexto, a Bacia do Rio da Prata, o Atlântico Sul e a Antártida constituem espaços estratégicos onde convergem interesses econômicos, ambientais e geopolíticos, envolvendo tanto atores estatais quanto não estatais. Essas regiões apresentam, além disso, configurações institucionais complexas, atravessadas por disputas de soberania, regimes internacionais e novas formas de governança ambiental.

Diante disso, o curso propõe oferecer ferramentas teóricas e analíticas para compreender essas dinâmicas, colocando em diálogo abordagens das relações internacionais, da geografia e do direito ambiental e do direito internacional público, com ênfase especial nos processos de conservação, no papel das áreas marinhas protegidas e nas tensões entre desenvolvimento, soberania e sustentabilidade.

2. Objetivos

2.1 Objetivo principal:

Analisar as dinâmicas da geopolítica ambiental na Bacia do Rio da Prata, no Atlântico Sul e na Antártida, articulando os fatores geográficos, políticos e ambientais que configuram os conflitos, as estratégias dos atores e os processos de governança nesses espaços estratégicos.

2.2 Objetivos específicos:

- Identificar os principais atores, interesses e agendas geopolíticas que atuam na Bacia do Prata, no Atlântico Sul e na Antártida, considerando atores estatais e não estatais.
- Analisar as configurações territoriais e jurisdicionais dos espaços marítimos e fluviais, incluindo áreas sob soberania nacional, zonas em disputa e espaços internacionais.
- Compreender o papel das áreas marinhas protegidas (AMP) como instrumentos de conservação e, simultaneamente, como ferramentas de posicionamento geopolítico.
- Avaliar as tensões entre conservação ambiental, soberania e desenvolvimento, especialmente em contextos de disputas territoriais como o Atlântico Sul Ocidental.
- Refletir sobre os processos de institucionalização e governança ambiental em escala regional, considerando os marcos jurídicos e instrumentos internacionais relevantes.
- Promover uma perspectiva crítica e interdisciplinar sobre a relação entre meio ambiente, poder e território, articulando abordagens das relações internacionais, do direito e da geografia.

3. Cronograma

O curso terá carga horária total de 8 horas, distribuídas em quatro aulas de 2 horas cada. As atividades serão realizadas no Salão de Atos do IREL, sempre das 14h às 16h.

Aula 1 – 04/05 (14h00–16h00).

Antártida: regime jurídico de proteção ambiental e dimensões geopolíticas.

Aula 2 – 11/05 (14h00–16h00).

A problemática marítima argentina: geopolítica e conservação marinha no Atlântico Sul Ocidental.

Aula 3 – 18/05 (14h00–16h00).

Infraestrutura hídrica estratégica na América do Sul.

Aula 4 – 01/06 (14h00–16h00).

A disputa entre Argentina e Reino Unido no Atlântico Sul: contexto e implicações dos debates sobre a “otанизação” do Hemisfério Sul.

4. Inscrições

As inscrições deverão ser realizadas por meio do portal público de extensão do SIGAA/UnB, disponível em:

<https://sig.unb.br/sigaa/public/extensao/loginCursosEventosExtensao.jsf>

O acesso é feito via conta GOV.BR; portanto, caso o/a participante ainda não possua cadastro, será necessário criá-lo. Após o login, basta acessar a opção “Inscrições abertas” e localizar o curso desejado na base de busca. Ressalta-se que todos/as os/as interessados/as — incluindo discentes, docentes e técnicos/as da UnB — devem realizar a inscrição exclusivamente por esse portal público.

5. Bibliografia por aula

Aula 1

BARROS-PLATIAU, A. F.; SILVEIRA, L. C. F. U. Antártica, meio ambiente e mudanças climáticas: a participação da ciência brasileira no continente gelado. In: ANDRADE, I. D. O.; CÂMARA, P. E. A. S. (Orgs.). [dados incompletos], 2024.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; CUNHA, Guilherme Lopes da; QUEIROZ, Fábio Albergaria de (orgs.). Brasil, um país polar: a importância da Antártica e do Ártico. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2026.

FERRO, M.; FEINDT URREJOLA SILVEIRA, L. C. Argentina bicontinental y los ejes del régimen de protección ambiental en Antártida. In: BARROS-PLATIAU, A. F.; QUEIROZ, F. A.; CÂMARA, P. E. A. S. (Orgs.). *O Sistema do Tratado da Antártica. Volume III: estudos antárticos: dimensão humana, ciência e geopolítica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1252>.

GENEST, Eugenio A. Antártida sudamericana: aportes para su comprensión. Buenos Aires: Instituto Antártico Argentino; Dirección Nacional del Antártico, 2001.

REBAGLIATI, O. *El sistema del tratado antártico, incluyendo el régimen de los recursos vivos y de los recursos minerales*. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1999.

VILLAMIZAR LAMUS, F. La prohibición de la explotación de minerales antárticos: derribando los mitos sobre su duración. *Revista Estudios Hemisféricos y Polares*, v. 8, n. 2, p. 37–54, 2017.

Aula 2

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; TOMÉ, Carlos Henrique; BARROS, Fábio Henrique Granja e; CUNHA, Guilherme Lopes da; SALTNES, Johanne Døhlie. Equidade e justiça na governança (in)sustentável do oceano. *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, n. 11, nov. 2023, p. 71–77.

DE SANTO, E. Militarized marine protected areas (MPAs) in overseas territories: conserving biodiversity, geopolitical positioning, and securing resources in the 21st century. *Ocean & Coastal Management*, v. 184, p. 105006, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2019.105006>.

ELIZONDO, S. L. La importancia geopolítica de las áreas marinas protegidas oceánicas: el caso argentino. *Defensa Nacional*, n. 8, p. 173–213, 2023.

FERRO, M. Áreas marinas protegidas en el contexto global: tendencias, desafíos y aspectos geopolíticos. In: FERRO, M. (Comp.). *Áreas marinas protegidas en el Atlántico Sudoccidental y la Antártida*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2022.

FERRO, M. Reflexiones para una geopolítica ambiental del Mar Argentino. *Revista de la Escuela de Guerra Naval*, n. 71, p. 155–184, 2025.

LORENZO, C.; SEITZ, A.; NAVARRO-DRAZICH, D. Las áreas marinas protegidas como asunto de política internacional: el escenario de la Comisión para la Conservación de los Recursos Vivos Marinos Antárticos. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, v. 14, n. 1, p. 57–71, 2019.

PEREIRA DA SILVA, A. The case of the Martin Vaz Rocks and other Brazilian offshore archipelagos: a further step toward the “territorialization” of the South Atlantic. *Ocean Development & International Law*, v. 55, n. 3, p. 343–378, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/00908320.2024.2410752>.

URREJOLA SILVEIRA, L. C. F.; RIBEIRO, A. L. D. S. S. Conectografía e infraestructuras críticas na Zopacas: proyección de poder latente. *Revista Tempo do Mundo*, n. 37, p. 157–181, 2025.

Aula 3

- ALBERGARIA QUEIROZ, F. A hidropolítica platina no contexto do complexo regional de segurança da América do Sul: entre o conflito e a cooperação (1960–1979). *Contexto Internacional*, v. 34, n. 2, p. 573–616, 2012.
- AIBERGARIA QUEIROZ, F. Hidropolítica e segurança: as bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Política Internacional e Comparada) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CAPALDO, G. Cuencas hidrográficas transfronterizas y procesos de integración regional en Latinoamérica. In: *HUMBOLDT KOLLEG*, 2010. [S.l.: s.n.], 2010.
- CAPALDO, G. The Rio de la Plata Basin: the evolution of the law and politics of water. In: [obra não especificada]. Dordrecht: Springer Netherlands, 2009. p. 299–315.
- CAPALDO, G.; FERRO, M. et al. Evaluaciones jurídicas, ecológicas y sociales para el debate de la sustentabilidad y gobernabilidad en la gestión de cuencas en Sudamérica. In: *IX ASSEMBLEIA GERAL MUNDIAL DA REDE INTERNACIONAL DE ORGANISMOS DE BACIA*, Fortaleza, Brasil, 12–16 ago. 2013.
- DIAS, Wilton. Águas transfronteiriças, projetos de infraestrutura e integração regional na Bacia Amazônica: inferências a partir da Bacia do Prata. *Conjuntura Austral: Journal of the Global South*, v. 16, n. 75, jul./set. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.146834>
- MALAMUD, A.; JENNE, N. Differentiated disintegration: an analytical framework. In: ACHARYA, A. et al. (Eds.). *Essays on Global Regionalism I*. Cham: Springer, 2026. p. 205–212. (United Nations University Series on Regionalism, v. 30).
- SAGUIER, E. R. Fragmentación del espacio amazónico y criminal negligencia de nuestros dirigentes en la caracterización de las hidrovías de América Latina. *Incomunidade*, n. 36, p. 1–24, jul. 2015.

Aula 4

- ALESSANDRINI, R. L. Escenario geopolítico del Atlántico Sur. In: UNIVERSIDAD DE LA DEFENSA NACIONAL (Ed.). *La política de defensa en debate*. Buenos Aires: UNDEF Libros, 2019. p. 139–158.
- ARGENTINA. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur. Informe final. Buenos Aires: Casa Rosada, 1983. Disponible en

<https://www.casarosada.gob.ar/pdf/InformeRattenbach/01-InformeFinal.pdf>

BARTOLOMÉ, M. C. El conflicto del Atlántico Sur: la hipótesis de una guerra fabricada. *Boletín del Centro Naval*, n. 834, p. 311–334, 2012.

CANCLINI, A. *Malvinas 1833: antes y después de la agresión inglesa: un estudio documental*. Buenos Aires: Claridad, 2007.

DESTÉFANI, L. H. *Malvinas, Georgias y Sándwich del Sur: ante el conflicto con Gran Bretaña*. Buenos Aires: EDIPRESS, 1982.

KOHEN, M.; RODRÍGUEZ, F. *Las Malvinas entre el derecho y la historia*. Buenos Aires: Eudeba, 2015.

6. Bibliografía

ALBERGARIA QUEIROZ, F. A hidropolítica platina no contexto do complexo regional de segurança da América do Sul: entre o conflito e a cooperação (1960–1979). *Contexto Internacional*, v. 34, n. 2, p. 573–616, 2012.

ALESSANDRINI, R. L. Escenario geopolítico del Atlántico Sur. In: UNIVERSIDAD DE LA DEFENSA NACIONAL (Ed.). *La política de defensa en debate*. Buenos Aires: UNDEF Libros, 2019. p. 139–158.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; CUNHA, Guilherme Lopes da; ALBERGARIA QUEIROZ, Fábio (orgs.). *Brasil, um país polar: a importância da Antártica e do Ártico*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2026.

BARROS-PLATIAU, A. F.; SILVEIRA, L. C. F. U. Antártica, meio ambiente e mudanças climáticas: a participação da ciência brasileira no continente gelado. In: ANDRADE, I. D. O.; CÂMARA, P. E. A. S. (Orgs.). [dados incompletos], 2024.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; TOMÉ, Carlos Henrique; BARROS, Fábio Henrique Granja e; CUNHA, Guilherme Lopes da; SALTNES, Johanne Døhlie. Equidade e justiça na governança (in)sustentável do oceano. *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, n. 11, nov. 2023, p. 71–77.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; CUNHA, Guilherme Lopes da; TOMÉ, Carlos Henrique. Governança do oceano: as balizas da história e a estrutura do sistema internacional. In: SANTOS, Thauan et al. (org.). *Economia azul: vetor para o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Essential Idea Editora, 2022. p. 172–185.

- BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; TOMÉ, Carlos Henrique; BARROS, Fábio Henrique Granja e; CUNHA, Guilherme Lopes da; SALTNES, Johanne Døhlie. Equidade e justiça na governança (in)sustentável do oceano. *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, n. 11, nov. 2023, p. 71–77.
- BECHER, B. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.
- CBD. *Decision X/2 and Annex: the strategic plan for biodiversity 2011–2020 and the Aichi biodiversity targets*. 2010.
- BARTOLOMÉ, M. C. El conflicto del Atlántico Sur: la hipótesis de una guerra fabricada. *Boletín del Centro Naval*, n. 834, p. 311–334, 2012.
- FERRO, M. (Comp.). *Áreas marinas protegidas en el Atlántico Sudoccidental y la Antártida*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2022.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. The “Anthropocene”. *IGBP Newsletter*, n. 41, p. 17–18, 2000.
- DALBY, Simon. Anthropocene discourse: geopolitics after environment. *Geography Compass*, v. 10, n. 1, p. 33–45, 2016.
- DE AYALA, J. E. El escenario geopolítico mundial en el siglo XXI. *Gaceta sindical: reflexión y debate*, 2016.
- DE SANTO, E. M. Militarized marine protected areas in overseas territories: conserving biodiversity, geopolitical positioning, and securing resources. *Ocean & Coastal Management*, v. 184, p. 105006, 2020.
- DIAS, Wilton. Infrastructure as a diplomatic tool: the role of Itaipu in Brazilian foreign policy discourse and practice (1960–1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 68, n. 1, e006, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-732920250010>
- ELIZONDO, S. L. La importancia geopolítica de las áreas marinas protegidas oceánicas: el caso argentino. *Defensa Nacional*, n. 8, p. 173–213, 2023.
- FERRO, M. Áreas marinas protegidas en el contexto global: tendencias, desafíos y aspectos geopolíticos. In: FERRO, M. (Comp.). *Áreas marinas protegidas en el Atlántico Sudoccidental y la Antártida*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2022.
- FERRO, M. Cooperación sobre áreas marinas protegidas oceánicas entre las repúblicas de Argentina y Chile. *Anuario de la División Geografía*, v. 1, n. 19, p. 1–21, 2025. Disponible en: <https://anuariogeografia.unlu.edu.ar/anugeografia/article/view/282>.

FERRO, M. Consideraciones sobre los efectos de la gestión ambiental del agua en la cuenca del Río de la Plata en referencia al acuerdo MERCOSUR–UE. In: ROMERO WIMER, F. (Comp.). *El Acuerdo de Asociación Estratégica MERCOSUR–Unión Europea: estudios desde América Latina*. [S.l.]: CEISO/GIEPTALC, 2020. Disponible em: <https://ceiso.com.ar>.

FERRO, M.; FEINDT URREJOLA SILVEIRA, L. C. Argentina bicontinental y los ejes del régimen de protección ambiental en Antártida. In: BARROS-PLATIAU, A. F.; QUEIROZ, F. A.; CÂMARA, P. E. A. S. (Orgs.). *O Sistema do Tratado da Antártica. Volume III*. Brasília: FUNAG, 2023.

FINANCIAL TIMES. UK to pay £101 mn a year under deal to hand over Chagos Islands to Mauritius. *Financial Times*, 22 maio 2025. Disponible em: <https://www.ft.com>.

GENEST, Eugenio A. Antártida sudamericana: aportes para su comprensión. Buenos Aires: Instituto Antártico Argentino; Dirección Nacional del Antártico, 2001.

GOVERNMENT OF SOUTH GEORGIA AND SOUTH SANDWICH ISLANDS. *Marine Protected Area*. 2020. Disponible em: <https://www.gov.gs>.

IRIGOIN BARRENNE, J. América Latina: esfuerzos integradores vs. fragmentación. *Revista de Derecho Público*, n. 69, p. 169–178, 2007.

KOUTOUDJIAN, A. *Lineamientos para la incorporación de la problemática del Mar Argentino en el ordenamiento territorial*. Buenos Aires: Subsecretaría de Planificación Territorial, 2011.

KOUTOUDJIAN, A.; CARUSO, S.; REYES, M. Geopolítica, conservación y ordenamiento territorial de los espacios marítimos. In: FERRO, M. (Comp.). *Áreas marinas protegidas en el Atlántico Sudoccidental y la Antártida*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2022.

LERENA, C. A. *Política pesquera para la soberanía argentina en el Atlántico Sur y Malvinas*. 2013. Disponible em: <http://www.nuestromar.org>.

LORENZO, C.; SEITZ, A.; NAVARRO-DRAZICH, D. Las áreas marinas protegidas como asunto de política internacional: el escenario de la Comisión para la Conservación de los Recursos Vivos Marinos Antárticos. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, v. 14, n. 1, p. 57–71, 2019.

O’LEAR, S. Environmental geopolitics: an introduction. In: *A research agenda for environmental geopolitics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2020. p. 1–14.

ONU. *Report of the World Summit of Sustainable Development*. Johannesburgo, 2002.

PEREIRA DA SILVA, A. The case of the Martin Vaz Rocks and other Brazilian offshore archipelagos. *Ocean Development & International Law*, v. 55, n. 3, p. 343–378, 2024. DOI: 10.1080/00908320.2024.2410752.

SHARMA, R. et al. *Review of the state of world marine fishery resources – 2025*. Rome: FAO, 2025. DOI: 10.4060/cd5538en.

URREJOLA SILVEIRA, L. C. F.; RIBEIRO, A. L. D. S. S. Conectografía e infraestructuras críticas na Zopacas. *Revista Tempo do Mundo*, n. 37, p. 157–181, 2025.

URREJOLA SILVEIRA, L. C. F. Diplomacia científica y reconfiguración sistémica. *Revista Tempo do Mundo*, n. 38, p. 447–470, 2025.

TARAPOW, F. Áreas marinas protegidas en el Atlántico sudoccidental y Antártida. In: FERRO, M. (Comp.). *Áreas marinas protegidas en el Atlántico Sudoccidental y la Antártida*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2022.